

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Requerimento Nº /2010

(do Sr. Domingos Dutra)

*Solicita a realização de Audiência Pública para debater os impactos ambientais, sociais e econômicos do processo de implantação da **Usina Hidrelétrica de Estreito**, no Município de Estreito, no Estado do Maranhão.*

Senhor Presidente:

Nos termos do Art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada realização de Audiência Pública para debater os impactos ambientais, sociais e econômicos do processo de implantação da **Usina Hidrelétrica de Estreito - UHE, no Município de Estreito sob o Rio Tocantins nos Estados do Maranhão e Tocantins.**

Solicita-se que sejam convocados os **Ministros de Estado de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Pesca e Aquicultura, das Cidades, e do Desenvolvimento Agrário**; um representante do Ministério Público Federal; um representante do Fórum dos Atingidos pela Barragem de Estreito; e um representante do Consórcio Estreito Energia - **CESTE**.

JUSTIFICATIVA

A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, no Município de Estreito, Estado do Maranhão, vem trazendo impactos

econômicos, sociais e ambientais para a população de **Estreito e Carolina**, no Maranhão e para os Municípios do Estado do Tocantins: **Aguiarnópolis, Darcinópolis, Babaçulândia, Filadélfia, Palmeirante, Barra do Ouro, Goiatins, Itapiratins, Palmeiras do Tocantins** e Tupiratins, com impactos também sobre terras indígenas.

O processo de implantação prevê a formação de um lago de 555 km² de superfície e inundação de 400 km² de terras, atingindo milhares de famílias que terão **de deixar os locais onde moram e trabalham atualmente**.

O Consórcio Estreito Energia (CESTE), responsável pela execução das obras é composto pelas empresas Belga Tractebel, subsidiária da francesa Suez, que detém 40,07% das ações; a Alcoa Alumínio, que possui 25,49% do capital; a Vale que tem 30%; e Camargo Corrêa detém 4,44 % das ações. Essas empresas conseguiram diferentes financiamentos em instituições bancárias como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As primeiras audiências sobre o projeto da construção da hidrelétrica ocorreu no ano de 2002 e as demais no ano de 2005 em decorrência dos estudos de impactos ambientais complementares, audiências que não foram suficientes para esclarecer às comunidades impactadas sobre os impactos positivos e negativos do empreendimento.

A Usina Hidrelétrica de Estreito – UHE é obra do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, considerada a segunda maior do Brasil com investimentos públicos de 3,6 bilhões de reais

As obras de construção da Usina estão bastante avançadas, havendo a previsão de funcionamento da primeira usina para o final do ano em curso.

Apesar do gigantismo do empreendimento, do volume elevado de recursos públicos e da imperiosa necessidade de produção de energia, ocorre na área de influência do empreendimento verdadeiro massacre, barbárie e até genocídio contra as populações tradicionais.

A barbárie praticada pelos empreendedores são expressas em indenizações irrisórias; coação e ameaças no processo de obtenção de consentimento para aquisição dos imóveis e benfeitorias; despejos impiedosos, em especial de antigos e tradicionais ribeirinhos e sertanejos; humilhação constante de homens e mulheres simples; desprezo com as questões sociais; inexistências de propostas e programas para vários segmentos com vazanteiros, moradores de áreas de risco, apicultores, dentre outros.

Por outro lado, os compromissos assumidos pelo CESTE perante o IBAMA e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais não estão sendo respeitados, estando todos com o cronograma em atraso. Da mesma

forma não existe informação e transparência para com a população atingida direta e indiretamente, situação que agrava a situação social das comunidades.

Há mais de seis meses pescadores, vazanteiros, agricultores familiares, barraqueiros, barqueiros, oleiros, pequenos comerciantes, posseiros, meeiros, agregados e outros segmentos estão acampados próximo à entrada do empreendimento, denunciando a completa sonegação de direitos e o descumprimento das condicionantes constantes da licença prévia. No entanto, o CESTE não se manifesta e a reação do Governo do Estado do Maranhão foi a construção do Quartel da Polícia Militar em frente a entrada do empreendimento.

Com o início do enchimento do reservatório e para cumprir a sua agenda o CESTE aumentou as violências contra as comunidades, havendo a imperiosa necessidade de ação e mediação do poder público como instrumento capaz de evitar o agravamento das tensões e sobretudo o a concretização das injustiças

No exato momento em que o Governo do Presidente LULA assume o terceiro Plano Nacional dos Direitos Humanos visando adequar aos direitos fundamentais previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988, não se justifica o genocídio praticado na área de influência da Hidrelétrica de Estreito.

Por outro lado o Presidente LULA reiteradamente tem assumido o compromisso de pagar a herança maldita deixada pelos governos anteriores com os atingidos por barragens. No entanto, sem o seu conhecimento novas heranças estão sendo constituída, agora de forma mais perversa e violenta.

Neste sentido torna-se urgente a realização da audiência requerida como meio de se corrigir as injustiças existentes.

Sala das Sessões, 02 de março de 2010.

DOMINGOS DUTRA
Deputado Federal (PT/MA)